

CAMPUS

JORNAL LABORATÓRIO DA UnB — Nº 37 — DEZEMBRO DE 1981

Ouro Preto quer proteção mundial para sobreviver



Depois de ver frustradas suas expectativas de receber verbas da Unesco — a partir de seu reconhecimento por este órgão como cidade Monumento Mundial — Ouro Preto volta agora suas esperanças para obtenção de recursos governamentais, a serem aplicados na resolução de seus muitos problemas. As verbas até agora repassadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tem sido insuficientes. Enquanto isso, Ouro Preto debate-se com problemas urbanos semelhantes aos das outras cidades, mas com a diferença de que não possui estrutura para suportá-los. A poluição, as casas clandestinas, e o trânsito pesado estão alterando pouco a pouco um patrimônio histórico, cuja preservação obrigou as autoridades até mesmo a transferirem o já tradicional Festival de Inverno para que a cidade não continuasse sendo massacrada pelo excesso de pessoas que compareciam a este evento.

Pág. 4

Morrer em Brasília custa mais caro

Um terço do cemitério principal de Brasília, o Campo da Esperança, localizado na Asa Sul, já está com cerca de 70 mil sepulturas, distribuídas nas 120 quadras existentes. Uma simples sepultura, taxas, caixão e aluguel da capela, pode custar desde Cr\$ 30 a Cr\$ 300 mil cruzeiros para uma pessoa ser sepultada. As principais causas mortis são as doenças pulmonares e cardíacas, desmentindo, portanto, que o Campo da Esperança é ocupado por pessoas vítimas de acidentes automobilísticos e suicídios.

Pág. 3

Classe média já não pode pagar imóvel no plano.

Pág. 5

Escola do Parque ensina menores que trabalham.

Pág. 6

Não faltarão legumes na estação das chuvas.

Pág. 7

MAIOR APOIO AOS CURSOS DE HISTÓRIA

Jurema

O ensino de História nas escolas de 1º Grau poderá, a partir do próximo ano dar acesso à História de suas próprias regiões graças ao trabalho de pesquisa que será desenvolvido pelas Universidades e Instituições de Ensino Superior em função do Programa que será lançado no próximo mês, pelo MEC, que já conta com 40 milhões de cruzeiros para a sua aplicação. A informação foi dada, ontem, por um dos autores do Programa, Antônio Barbosa, que falou sobre ele para o "CAMPUS".

Com a verba destinada ao Programa, explicou um dos seus autores, o MEC financiará 60 pequenos projetos apresentados pelas Universidades interessadas em desenvolver o Programa. Segundo Barbosa, o montante liberado causou uma "certa surpresa" visto a pouca atenção dada à Educação no Brasil, "não é o ideal" — afirmou — "mas a gente vai ter que aprender a mexer dentro das nossas limitações."

JORNAL-LABORATÓRIO Nº 37

UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB)
DEPARTAMENTO
DE COMUNICAÇÃO
DEZEMBRO 1981

Publicação Mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas "Técnicas de Jornal e Período I" e "Paginação e Revisão". Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Jurema Maria (pág. 2), Walfredo de Freitas Filho (pág. 3), Jeannette Dias Lima (pág. 4), Francisca Umpierre Bueno (pág. 5), Márcia Ramos Machado e Mara Lúcia Rodrigues (pág. 6), Pedro Jorge Araújo (pág. 7), José Carlos Werwitsky (pág. 8)

A proposta a ser entregue às Universidades e Instituições, explicou o assessor do MEC, está em fase final de elaboração e pretende desenvolver "a vocação regional de ensino de História nas mesmas, aprofundando seu estudo e fortalecendo a articulação entre os cursos de Licenciatura em História e a escola de 1º Grau".

"O resultado que se espera" — reiterou o assessor do MEC — "é que, à medida que as pesquisas em História Regional forem trazendo resultados, elas ofereçam a base para a produção de textos acadêmicos a serem utilizados na própria Graduação e a partir destes, será feita a elaboração de material didático destinado à clientela de 1º Grau".

"Nesta etapa final (material didático) — continuou o assessor — se fará necessária a presença do educador, isto é, a área de Educação, que atualmente se encontra desvinculada dos cursos de Licenciatura, terá a oportunidade concreta de se integrar com os mesmos. E, é este" — ressaltou Barbosa — "o segundo objetivo do Programa, é preciso que a área de Educação torne prática a sua razão de existir que é trabalhar em conjunto com aqueles que exercerão a atividade fim de educadores."

Procedimento

Após o recebimento da proposta do Programa, as Universidades e Instituições de Ensino Superior interessadas em desenvolvê-lo irão elaborar, segundo explicação do autor do Programa, um "minucioso" projeto que deverá conter todas as especificações exigidas, entre elas, a disposição de recursos humanos, as características da região, o método próprio a ser aplicado, e, principalmente, a necessidade de recursos financeiros.

"Em seguida, continuou o autor do Programa, o projeto será enviado para a Coordenação de Ciências Humanas e Sociais, pertencente à Secretaria de Ensino Superior (SESU), onde será feita uma

"severa" análise e a conseqüente aprovação ou não do mesmo. Caso não seja aprovado o projeto voltará à Universidade para ser refeito, se isso for possível, ou será completamente rejeitado. Se for aprovado o próximo passo será a alocação de recursos financeiros, quanto a isso, assegurou Barbosa, haverá um severo controle. Há técnicos preparados só para fiscalizar a verba enviada, eles receberão relatórios contendo todas as especificações do que foi gasto e também farão visitas ao local.

Durante o desenvolvimento do projeto, que terá a duração estipulada de acordo com a amplitude do mesmo e após discussão entre a Coordenação de Ciências Humanas e a Universidade, que enviará cópia de todo o trabalho que estiver sendo feito. O resultado final será a elaboração de textos acadêmicos sobre História Regional a ser utilizado pelos alunos da graduação em História e em seguida, a produção de material didático para as escolas de 1º Grau. Ambos, reiterou Barbosa, "serão frutos de pesquisa dos estudantes que futuramente serão professores e será uma História real, nascida do contato direto com a História da região, e haverá após a conclusão, intercâmbio de todo este material com as demais Universidades e Escolas.

"Balão de Ensaio"

Ainda na ocasião, o assessor do MEC, ao ser questionado sobre a possibilidade de serem transformados os cursos de História e Geografia em Estudos Sociais (proposta de um dos membros do Conselho Federal de Educação — CFE), afirmou que, "tudo não passou de um" "balão de ensaio", pediu esclarecimentos ao CFE e eles responderam que não há nada de oficial, não se fala nessa transformação por lá. Jogaram a idéia — reiterou Barbosa — e como foi muito rejeitada ela foi esquecida, ou pelo menos é o que a Comunidade Histórica e Científica espera."

TELEBRÁS CRIA UM NOVO SISTEMA DE LINHAS PARTILHADAS

Magali Gontijo

Desde o dia 19 de outubro, a Ceilândia está sendo atendida pelo sistema de Linhas Partilhadas da Telebrás. A previsão é da venda de 200 linhas e até o momento, cinco foram adquiridas. O preço para a compra é de Cr\$ 42 mil à vista, ou parcelado em 19 prestações mensais de Cr\$ 7 mil 800, cada uma.

Antônia Neiva Santos, coordenadora da seção de Linhas Partilhadas da Telebrás, afirma que as pesquisas de opinião revelam que o projeto está sendo bem aceito pelos moradores da Ceilândia. Dentro de um ano o serviço deverá ser instalado nas cidades-satélites restantes, uma vez que foi programado para atender exclusivamente as áreas mais pobres do Distrito Federal.

Esperando desocupar

O coronel Danton Nogueira, presidente da Telebrás, explica que por esse sistema dois assinantes utilizam do mesmo cabo embora possuam números diferentes. Isso reduzirá a ociosidade dos terminais já existentes, ao mesmo tempo em que baixa os custos para os usuários.

Ele esclarece que, para o assinante, o sistema de linhas partilhadas em nada difere do individual: os aparelhos são distintos, com números diferentes; o sistema de taxaço é exclusivo para cada usuário, uma vez que são utilizados registrados independentes de chamadas; e o sigilo da conversação também é assegurado.

A vantagem que o coronel vê neste sistema é de que o assinante pode vender a metade de seu telefone, o que representa um certo ganho. Apesar do proprietário da linha vender 50% de seu aparelho, a Telebrás, na verdade, estará recebendo a quantia correspondente a 40%. "Os 10% restantes saem de graça para a Companhia e serão utilizados para pagar a infraestrutura do projeto", diz o coronel Danton. O único inconveniente do sistema, admite ele, é de que um assinante terá de aguardar quando o outro aparelho estiver ocupado.

O projeto de linhas partilhadas vem sendo executado, em caráter experimental, desde o final de 1979 pela Companhia Telefônica do Rio de Janeiro, (Cetel), numa área não contínua de 1.042 quilômetros quadrados, abrangendo desde as zonas rurais até algumas áreas nobres em início de desenvolvimento.

MORRER EM BRASÍLIA

Morrer nem sempre é a solução. A despesa mínima de um funeral fica em torno de Cr\$ 30 mil, incluindo todas as despesas, desde cartório até aluguel de capela. O sepultamento mais caro fica em média de Cr\$ 300. Para o administrador do "Campo da Esperança", Erasmo Dourado Bastos, que há 10 anos vem administrando o Cemitério, "apesar de já ocupado cerca de um terço de sua área, a população não deve se preocupar, pois existem outras áreas previstas para sepultamento no plano arquitetônico da cidade".

Segundo o administrador, são sepultadas em todo o Distrito Federal cerca de 20 pessoas por dia, mas no "Campo da Esperança" somente 12 por dia. Para requerer o sepultamento, o responsável pelo morto, requer a Certidão de Óbito em qualquer cartório da cidade. Se for feriado ou final de semana, tem cartório de plantão. Em seguida, deve ir ao Serviço Funerário, localizado no Setor Policial Sul-SPS, apresentar a Certidão e pagar as taxas existentes. A Fundação das Pioneiras Sociais providencia o transporte da pessoa falecida até o local de sepultamento. Em caso em que os parentes não podem arcar com as despesas do funeral, a Fundação faz o enterro, mas com caixão de terceira categoria.

No Cemitério de Brasília há uma divulgação de que é quase ocupado por acidentados de automóveis e de suicidas. Dourado contesta, e disse que o maior número de óbitos no Distrito Federal é por doenças pulmonares, e em seguida por doenças cardíacas. Os funcionários que atendem no Serviço Funerário são orientados de como proceder com os parentes do falecido, pois geralmente eles e os amigos já estão desgastados, nervosos, **stressados**, enfim, já acompanhavam a doença da pessoa, dias e mais dias nos hospitais, então chega uma hora em que as pessoas

"começam a explodir", e quase sempre é no Serviço Funerário. A pessoa que trabalha ali, tem que ter muita paciência. Tem vezes que chega a levar tapas, pontapés e ameaças de morte.

16x1

Um dado interessante é que em se tratando de indigentes a proporção é de 16 óbitos de crianças para um adulto. E, em casos pagos é o inverso, 16 óbitos de adultos para uma criança. Há uma diferença entre caixão e urna. Caixão é fabricado pelo próprio Serviço Funerário — geralmente é feito com madeira de péssima qualidade e serve para enterrar os indigentes —. Urna vem de fora — é feita de madeira de boa qualidade —.

A população de Brasília pensa que não pode velar corpo em casa. Erasmo disse que não é permitido por lei velório ser feito em apartamento, mas que em casa é permitido. Geralmente a população do Plano Piloto prefere utilizar das capelas do Cemitério, mediante o pagamento de uma taxa de ocupação, que varia de um a três mil cruzeiros. Nas cidades satélites, as pessoas geralmente fazem os velórios em casa.

O velório não pode ultrapassar de 24 horas, segundo Dourado, o corpo começa a decompor. Em caso que necessite de um período maior, o corpo é formalizado. Os serviços religiosos são prestados pela Paróquia Cura D'ars da 914 sul.

O dia mais atarefado da funerária é a segunda-feira. As pessoas falecidas no sábado e domingo, ficam na "geladeira" quando os parentes não solicitam que sejam sepultadas logo. Chegam a ser sepultadas cerca de 30 pessoas em todo o Distrito Federal, mas no "Campo da Esperança" apenas 20. O Administrador frisa que estes dados somente são dos casos pagos.

Comércio

O Serviço Funerário vende rosas, coroas e plantas. Para Dourado, os vendedores ambulantes de rosas no Cemitério fazem uma concorrência desleal, pois durante à noite eles vão aos túmulos e roubam as rosas e coroas, e as vendem por um preço insignificante. Walter Rodrigues Paiva, vendedor de flores no "Campo da Esperança" desde 1964, disse que as acusações do Serviço Funerário são falsas. Ele vendia dentro do Cemitério até 1970, mas com a nova administração ele foi expulso e até hoje vem recebendo ameaças e denúncias. Walter denuncia que é a floricultura "La Rose", que explora as vendas. Dá 20% do arrecadado para o Serviço Funerário e 7% para os vendedores. Os próprios funcionários do Cemitério que vendem os arcos das coroas quando elas estão velhas. "Se há roubo, então são eles que roubam, e não nós. Apenas compramos", frisa bem Walter. Ele já enviou uma carta para o presidente da República há mais de um ano, e até agora não obteve resposta. Espera que o presidente solucione o seu caso.

Um forno crematório custa cerca de um bilhão de cruzeiros, o que leva a Fundação das Pioneiras Sociais a não adquirir um. Para o administrador do Cemitério, "essas coisas são para São Paulo. Lá é que eles gostam de novidades".

O Serviço Funerário conta com 13 viaturas, 180 funcionários, serviços de carpintaria, embalsamento e etc.. Alguns funcionários nas horas vagas, fazem serviços de limpeza e conservação das sepulturas. Esses serviços são de caráter particular, sem que a administração tenha alguma participação nos lucros.

De cinco em cinco anos, os familiares tem que pagar uma taxa de manutenção de Cr\$ 80 cruzeiros. Há uma taxa de perpetuidade, que depende do local da

sepultura, variando de um a dois salários referências. A taxa quita a sepultura, dispensando o pagamento de taxas de manutenção. Nas cidades satélites as taxas são 50% mais barato.

Mudanças

Para quem deseja colocar mármore em alguma sepultura, o valor do mármore mais barato, o branco, custa em média Cr\$ 35 mil. De 45 mil cruzeiros em diante, para os mármore de granito de diversas cores. Os túmulos não podem passar de 40cm do solo. As sepulturas variam de uma a seis gavetas.

A exumação pode ser feita, através de requerimento preenchido pelo responsável na administração do Serviço Funerário. Tem que ter mais de cinco anos de sepultado em se tratando de adulto. No caso de criança, o tempo necessário é após três anos de sepultada. Não se enquadrando nestas duas hipóteses, somente em caso de mandato judicial para que o falecido seja exumado. A funerária faz a exumação utilizando o material adequado, indo desde ossários até sacos plásticos.

No Cemitério não é só tristeza. Tem velório que a dramaticidade se junta com a comichide. Desde casos em que a viúva briga com os familiares do falecido, onde enterrá-lo, até casos em que diversas mulheres choram pelo falecido, entre elas, a viúva e as outras. O pior dia para um velório é o "Dia dos Finados", pois os curiosos invadem as capelas e incomodam sensivelmente os parentes e amigos da pessoa falecida, precisando até do Serviço Funerário providenciar policiamento para evitar maiores complicações.

As sepulturas mais visitadas são a de Juscelino Kubstcheck, Ana Lydia, Bernardo Sayão, Padre Primo e da Dona Lawyer, atriz norte-americana, sepultada no "Campo da Esperança" em 1956.

CUSTA MUITO CARO

Walfredo de Freitas Filho

Ouro Preto quer proteção

Magali Gontijo

As pesquisas de opinião revelam: desde que foi tombada pelo Patrimônio Histórico, Ouro Preto tinha esperança da aplicação de verbas pela Unesco, para resolver diversos problemas que afetam a cidade. No entanto, esse dinheiro não virá.

A assessora da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Iara Correia da Costa, explicou que a Unesco não aplica verbas, a não ser em caso de calamidade pública, como desabamento, incêndio, inundações, etc. A função da Unesco, afirmou Iara, é prestar assistência técnica e entrar com recursos, para projetos específicos mediante situação financeira do governo.

Iara afirmou ainda que as verbas aplicadas em Ouro Preto pela SPHAN, e entre 1980 a 1981, atingem aproximadamente 28 milhões de cruzeiros empregados nas obras de construção de encostas e também para projetos em áreas com deslizamento para evitar desabamentos das casas e dos morros. E que os projetos serão desenvolvidos levando em consideração a sistemática adotada pela SPHAN; e ainda serão feitos novos convênios com obtenção de mais verbas.

"O governo tinha a obrigação de olhar por Ouro Preto depois que ela foi tombada pelo Patrimônio Histórico da Unesco como **Cidade Monumento Mundial** no dia 21 de abril, porque a prefeitura com seu orçamento, não dá para atender as suas necessidades, afirmou o prefeito de Ouro Preto, Alberto Caran.

Por sua vez, o secretário de turismo, de Ouro Preto, Ângelo Osvaldo Santos, citou os problemas do "mais importante Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro" como resultantes da irrecusável convivência com o progresso, "revelando que Ouro Preto" vive as mesmas carências de 4 mil e 600, cidades brasileiras.

Enquanto as pesquisas de opinião revelam uma expectativa de que os problemas de Ouro Preto seriam agora resolvidos, depois que o Patrimônio Histórico da Unesco deu a ela o título de **Cidade Monumento Mundial**, o prefeito Alberto Caran quer a manutenção da autonomia política da cidade, contra os que desejam transformá-la em estância hidromineral ou área de segurança nacional.

Entretanto, afirmou Caran, são muitos os problemas que surgem em Ouro Preto como "casas clandestinas que aparecem todos os dias ou o trânsito pesado que está atrapalhando as ruas e estragando a arquitetura da cidade". É o secretário de turismo, Ângelo Osvaldo, quem explica os problemas que assaltam Ouro Preto: "o século XX é o século da poluição. A gente vê que Ouro Preto atravessou o século XIX muito bem. Aquilo que foi acrescido ao con-

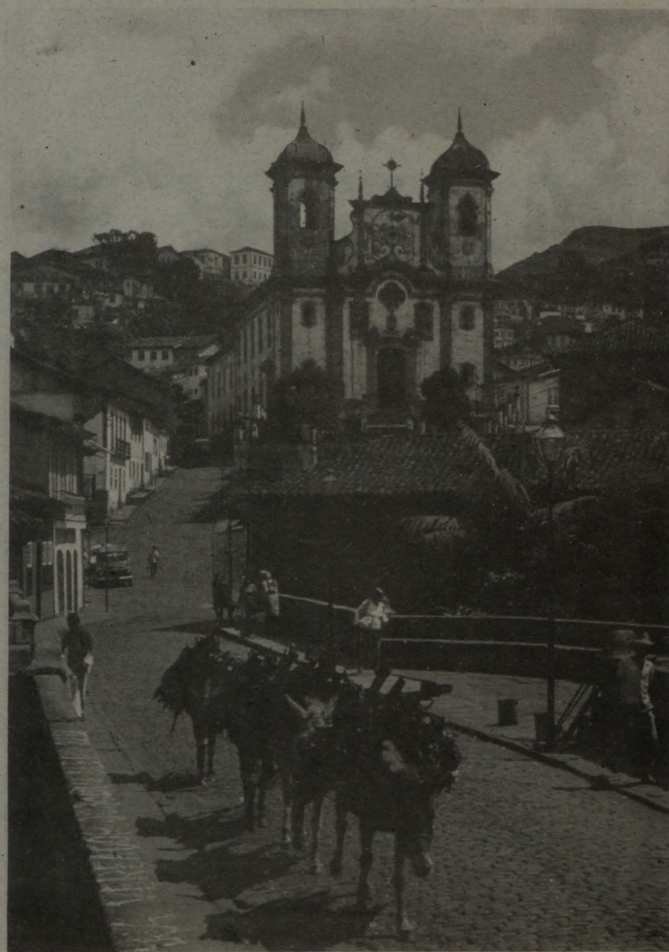
junto século passado, alterou em muito os aspectos fundamentais da cidade setecentista, porque ela se adequou harmoniosamente àquele patrimônio do século XVIII. O século XX manteve Ouro Preto mais ou menos uniforme, até por volta de 1950.

Hoje, segundo o secretário, o problema é muito diferente. "Ouro Preto passou por quatro etapas, salientou, "até 1933, quando ela foi declarada Monumento Nacional; depois, chegando até 1937, quando foi toda tombada, a cidade ainda estava paralisada no tempo e no espaço. Em 1957, montou-se aqui a maior fábrica de alumínio do continente. Em 1980, com o título de **Cidade Monumento Mundial**, já há então uma preocupação realmente consolidada, agora, não só no país, mas também no quadro da cultura internacional, com relação à necessidade da conservação e valorização de Ouro Preto".



E prosseguiu Ângelo Osvaldo: "eu espero que a gente tenha entrada nesta nova fase, em que os desafios são muito grandes. Eu sempre digo que Ouro Preto tem o mesmo problema das outras 4 mil e 600 cidades brasileiras, só que aqui elas assumem uma dimensão dramática, porque Ouro Preto tem todo e qualquer problema que você verifica em toda e qualquer cidade brasileira.

É assim, explicou, com o problema de saneamento básico, que a maior parte da periferia de Ouro Preto apresenta, enquanto o problema da habitação vem se tornando um dos mais prementes dentro do conflito da necessidade de contenção do espaço urbano no âmbito de seu aspecto original, histórico. Há ainda, ressaltou



Ângelo Osvaldo, o problema do trânsito pesado, sobretudo porque Ouro Preto é uma cidade longitudinal, no sentido leste-oeste: "os veículos são forçadamente obrigados a percorrer a cidade, principalmente nos seus trechos mais críticos."

Enfim — salientou — são todos esses problemas que angustiam as cidades brasileiras, já que nos últimos 30 anos, o Brasil experimentou um processo acelerado de urbanização, e nós passamos, violentamente, de um estágio em que a população era majoritária, no campo, para uma concentração demográfica enorme, nas cidades. Segundo o secretário de Turismo, ao se fazer uma pesquisa da população de Ouro Preto, pode-se notar que há toda uma população da zona rural instalada na parte urbana, nos últimos 20 anos, em função da oferta de emprego, na cidade industrial de Saramenha, e também na rede bancária, no complexo da Universidade e na Escola de Minas.

"Gente de toda parte veio se fixar na cidade, e ela passou a exercer o papel de capital micro-regional", afirmou Ângelo Osvaldo, lembrando que Ouro Preto atualmente é Sede de Comarca, de Delegacia da Justiça do Trabalho e de uma série de indústria de base, particularmente no ramo da mineração, que fazem recair sobre a cidade o peso de uma região importante.

"Tudo isso — ressaltou — faz com que a preocupação fundamental com Ouro Preto, tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal do governo, seja no sentido de sua consolidação urbana".

Vanguarda

Explicando a transferência do Festival de Inverno para a também cidade histórica de Diamantina, Ângelo Osvaldo disse que esse é um fato irrecusável, pois o Festival, depois de 13 anos em Ouro Preto, até em termos de promoção no Brasil, é um

recorde. E que o Festival de Inverno completou um círculo: ele estava perdido no meio de uma série de inconseqüências, indesejáveis, de fatos paralelos que vinham destruindo os seus efeitos positivos.

Segundo Ângelo Osvaldo, o Festival de Inverno ensinou uma coisa muito importante para Ouro Preto, que é a palavra "vanguarda". E que Ouro Preto não é uma cidade antiga, mas sim uma cidade do passado que tem uma proposta permanente para o presente e o futuro do país. "O Festival de Inverno mostrou muito bem isso para nossa cidade, compatibilizando o espaço histórico com as atitudes de vanguarda que ele trazia nas suas propostas, nos vários setores de criatividade".

Para o secretário de Turismo, o festival de Inverno é uma promoção que mobiliza de 2 a 3 mil pessoas e que também transbordava-se oferecendo uma série de opções de lazer de cultura. A cidade ficava massacrada devido à proximidade de Belo Horizonte, que desejava, nos fins de semana um excesso de pessoas na cidade, e não era justo que Ouro Preto continuasse a pagar esse ônus pela realização do Festival, se ela já tinha atingido um ritmo de promoção cultural durante o ano inteiro, sendo que esse evento permanecia no máximo, uma semana".

Ângelo Osvaldo falou ainda do IIº Festival de Música Popular Brasileira de Ouro Preto em julho, e do VIº Festiminas (Festival de Teatro Amador de Minas Gerais). Esses dois festivais, explicou, mobilizaram um público de 10 mil espectadores e não criaram problemas para a cidade. E concluiu, afirmando, "nós temos condições de realizar uma série de eventos de alto nível, na mesma linha de filosofia que o Festival de Inverno, sem no entanto, precisarmos receber um número exagerado de turistas."

Classe média já não paga alugueis no plano

Denise Viana Couto

"O brasileiro gasta em média 30% de seu salário em moradia. Isso, aliado aos aumentos dos gêneros alimentícios, de combustível, enfim, do custo de vida de um modo geral, onera cada vez mais o seu bolso e ele acaba sendo obrigado a mudar do Plano Piloto para desafogar a renda familiar". A afirmação é do presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal, Olavo Pinto David, para quem, "do jeito que os alugueis estão aumentando vai chegar um dia em que no Plano Piloto vão morar apenas os ricos."

Com essa afirmação o presidente do sindicato dos Corretores de Imóveis, conseguiu traduzir um dos maiores problemas que vem enfrentando a classe média brasileira nos últimos anos. Pressionada para as cidades satélites pelo alto custo dos imóveis e alugueis do Plano Piloto ela se vê cada vez mais destituída de seu conforto residencial. Hoje é obrigada a recorrer ao transporte de massa para chegar no trabalho e a dispendir boa parte de seu salário em transporte e moradia.

No entanto essa pressão do mercado imobiliário em Brasília não é novidade para o brasileiro classe média. No curto período de vinte anos a cidade já apresenta

todas as características de crescimento das demais metrópoles. Pode-se perceber nela a expansão eminentemente periférica das áreas residenciais urbanas nas cidades satélites, com distâncias que variam de 12 a 43 km do Plano Piloto, onde se concentra a maior parte dos serviços e empregos do Distrito Federal.

Dados do crescimento da população urbana de Brasília computados em 70/75 confirmam essa expulsão do Plano Piloto. Enquanto o incremento da população urbana no Distrito Federal foi de 68,8%, ao Plano Piloto coube apenas 3,6% desse total. Esse número é reforçado ainda pelos dados de povoamento por áreas. Em 70 a população do Plano Piloto representava 30% da população do Distrito Federal e em 77 esta parcela reduziu-se para 26%.

Acredita-se que a partir de 78 esta cifra tenha caído ainda mais, principalmente como decorrência da política econômica do Governo Federal que está provocando um achatamento das classes médias e, conseqüentemente, a diminuição de sua participação no bolo das benesses sócio-econômicas. A política de reajustes salariais demonstra bem isso. A classe média, que segundo os sociólogos é classi-

ficada numa faixa de 6 a 20 salários mínimos, está perdendo a cada reajuste salarial cerca de 20% de seu poder aquisitivo. Afinal o reajuste para aqueles que ganham de 10 a 15 salários mínimos é de 80% do INPC e para os que estão na faixa de 15 a 20 salários mínimos a perda é ainda maior já que o reajuste é de apenas 50% do INPC.

Nessas condições o primeiro mercado que sofre uma estagnação é imobiliário, pois são quase paralisadas as transações e locações, o que demonstra a falta crônica de dinheiro.

Como em Brasília quase não existem ricos, quem tinha condições de comprar — que era a classe média — já não tem, ressentindo-se brutalmente disto o mercado imobiliário. O último reajuste de alugueis, por exemplo, que foi a 90%, está fora das possibilidades do inquilino de classe média. Nesse caso ou ele deixa de alugar no Plano Piloto para procurar imóveis mais baratos nas Cidades Satélites ou negocia o aluguel com o proprietário.

Para o Diretor Comercial da Correta Imobiliária, Fernando Gontijo Azevedo, os principais fatores que determinam essa expulsão são, além dos reajustes de alugueis, as taxas de condomínios e a falta de

financiamento de imóveis usados — a caixa não financia imóvel com mais de 6 meses de habite-se — o que dificulta a compra de imóvel, gerando uma certa estagnação do mercado.

Mas não é só a classe média que leva a pior com a crise do mercado imobiliário. Enquanto ela foge do Plano Piloto à procura de imóveis e alugueis baratos, dirigindo-se para o Guarã e Taguatinga, que são as cidades satélites mais procuradas, as classes sociais de renda baixa vão sendo expulsas destas cidades afastando-se cada vez mais de seu núcleo de trabalho. Hoje, a maior parte das áreas centrais de Taguatinga e do Guarã já apresentam indícios de seleção para rendas mais altas.

A mobilidade destas transformações é tão intensa quanto mais rápidas forem a valorização dos imóveis residenciais, a procura de imóveis em nível mais baixo e as disparidades entre as diversas camadas de renda familiar.

Paralelamente a isto, é comum acontecer um boom de invasões, pois que, esta situação vai repercutir nas bases da pirâmide social brasileira e o pobre acaba sempre "pagando o pato".

MEC usa Cr\$ 811 milhões

O programa de Bolsas de Estudo para alunos sem recursos financeiros desenvolvido anualmente pelo Ministério da Educação e Cultura destinou, no ano de 1981, mais da metade de sua verba aos estudantes da região Nordeste do país. A informação é da chefe da Divisão de Bolsas, do Departamento de Apoio Material e Financeiro ao Estudante, Ângela Maria Alencar.

Segundo Ângela Alencar, o principal motivo por que as bolsas atendem mais aos alunos do Nordeste e do Interior do país, é por não ser esta bolsa integral, e sim uma ajuda de custos aos alunos necessitados de recursos. — E no Nordeste elas quase cobrem a anuidade escolar do aluno, que são muito baixas nesta região do Brasil. No ano de 1981 a região nordeste ficou com 61% das bolsas de 1º grau e 52% das bolsas de 2º grau, acrescentou Ângela Alencar.

Longo após a região Nordeste está a Sudeste que ficou com 21% das bolsas de 1º grau e 27% das de 2º grau, nesta região a maioria das bolsas são distribuídas no interior, disse Ângela. Acrescenta que não existe limite fixo de bolsas a serem distribuídas, a verba total é definida no final de cada ano, para o ano seguinte, através de decreto do Ministro da Educação. Esta verba liberada, continua Ângela, deverá atender tanto aos novos bolsistas, como à renovação das bolsas do ano anterior. Esta renovação, explica, é feita automaticamente desde que o aluno seja aprovado normalmente pelo Colégio onde estuda.

A partir deste ano houve uma modificação no programa. As bolsas só serão renovadas dentro do grau em que o aluno estiver cursando, quando ele for aprovado na última série e passar para o 2º grau, deverá adquirir novo formulário e requerer nova bolsa de estudo.

No ano de 1981 o total da verba destinada ao Programa de Bolsas de Estudos foi de Cr\$ 360 milhões, 742 mil 484 ou seja 139 bolsas de 1º grau e de Cr\$ 447 milhões, 527 mil e 14 ou seja 119 mil e 87 bolsas de 2º grau, sendo o valor da bolsa de 1º grau de Cr\$ 2 mil 560 e de Cr\$ 3 mil 780 para o 2º grau. O valor da bolsa concedida aos filhos de ex-combatentes e órfãos menores, carentes de recursos, é de Cr\$ 4

mil e 50 e de Cr\$ 4 mil 920 para os alunos de 2º grau.

Como é

O programa de bolsas de estudo funciona do seguinte modo: Visa atender apenas os estudantes carentes de recursos financeiros que são enquadrados em três categorias diferentes, estabelecidas pelo MEC: — filhos de funcionários públicos que percebem vencimentos de até dois salários mínimos;

— órfãos menores carentes de recursos; e

— filhos de ex-combatentes, também carentes de recursos.

Como não é uma bolsa integral, não chega a ser de grande valia para as pessoas residentes nos grandes centros, pois seu valor não chega a atingir 10% da anuidade paga pelo estudante. E como ela é destinada apenas aos alunos que frequentam escolas particulares fica ainda mais restrito seu campo de atuação, explicou Ângela Alencar. — Só é importante mesmo para os alunos que estudam no interior do país, e principalmente os do nordeste que são também os mais pobres, acrescentou.

Para conseguir a bolsa é necessário que o aluno consiga um formulário e o leve até o colégio onde estuda para que seja preenchida a parte destinada ao Colégio. É preciso, depois, que termine de preenchê-lo e o envie ao MEC. No Ministério os formulários passam por um processo de seleção e classificação de acordo com o índice de carência financeira, que é calculado de acordo com dados tais como: renda total da família do estudante, total de pessoas que residem na casa, valor do aluguel ou da prestação da casa e etc. Feita a seleção o MEC envia o valor da bolsa em nome do Colégio, através do Banco do Brasil, para que este proceda ao pagamento. Normalmente o colégio desconta o valor da bolsa na anuidade do aluno.

Ângela Alencar explicou ainda o que acontece quando o Colégio não faz o pagamento ao aluno. Neste caso, ele é excluído do Programa no ano seguinte, e fica obrigado a assumir a bolsa do aluno. Ele próprio é obrigado a pagar ao aluno e comunicar ao Ministério, caso contrário fica sujei-

to a perder os subsídios dados pelo Governo para ajudar nas despesas.

Como conseguir o formulário

Para o estudante conseguir um formulário que permite requerer a bolsa o mais indicado é procurar um Deputado ou Senador Federal. Somente neste ano, 70% dos formulários de bolsas de estudo de 1º grau e 45% das de 2º grau foram distribuídos entre eles, para que estes os deem aos necessitados, Ângela explicou que esta é uma determinação antiga do Governo Federal, e faz parte de um plano que fornece bolsas de estudo para alunos pobres e subvenções federais para ajudarem aos Deputados e Senadores Federais em suas campanhas políticas.

As outras entidades que recebem os formulários para requerer a bolsa são as Associações dos Estabelecimentos de Ensino Particulares e Católicos; autoridades do MEC; os casos individuais amparados pela lei (Todas as pessoas que quiserem receber a bolsa escrevam para o MEC comprovando sua forma de carência financeira, e

Patrícia Maria Silva de Assis

o DAE — Departamento de Assistência ao Estudante envia o formulário ao interessado; o gabinete do Ministro, que recebe uma cota razoável de formulários; as Delegacias Estaduais de Educação e Cultura e os demais Ministros de Estado.

Os 420 Deputados e 67 Senadores receberam ao todo 86 mil 320 formulários de 1º grau, pois além da cota individual que é de 170, todos os parlamentares que têm cargos especiais, como líder de partido, vice-líder, presidente da Câmara ou do Senado recebem cotas extras, que variam de acordo com determinação do MEC. Dos formulários de 2º grau receberam ao todo 41 mil 990 formulários sendo 80 a cota individual, mais as cotas extras. O total de formulários impressos para cada grau foi de 120 mil. No quadro abaixo pode-se ter uma exata noção da quantidade recebida por cada entidade.

Uma observação interessante incluída no decreto do Ministro Eduardo Portela é a seguinte: A bolsa de estudo concedida nunca poderá ser maior que a anuidade cobrada do aluno.

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PESSOAS	COTA IND. 1º GRAU	TOTAL 1º GRAU	COTA IND. 2º GRAU	TOTAL 2º GRAU
01	SENADORES	67	170	11390	80	5360
02	DEPUTADOS	420	170	71400	80	33600
03	PRESIDENTE DO SENADO	01	170	170	80	80
04	PRESIDENTE COMISSÃO EDUCAÇÃO SENADO	01	170	170	80	80
05	LÍDER PSD/SENADO	01	100	100	80	80
06	VICE-LÍDERES PSD/SENADO	08	30	240	30	240
07	MEMBROS MESA/SENADO	06	30	180	30	180
08	LÍDER PMDB/SENADO	01	100	100	80	80
09	VICE-LÍDER PMDB/SENADO	08	30	240	30	240
10	PRESIDENTE DA CÂMARA	01	170	170	80	80
11	PRESIDENTE COMISSÃO EDUCAÇÃO CÂMARA	01	170	170	80	80
12	LÍDER PSD/CÂMARA	01	100	100	80	80
13	VICE-LÍDER PSD/CÂMARA	15	30	450	30	450
14	MEMBROS MESA/CÂMARA	06	30	180	30	180
15	LÍDER PMDB/CÂMARA	01	100	100	80	80
16	VICE-LÍDERES PMDB/CÂMARA	09	30	270	30	270
17	LÍDER PP/SENADO	01	100	100	80	80
18	VICE-LÍDERES PP/SENADO	02	30	60	30	60
19	LÍDER PP/CÂMARA	01	100	100	80	80
20	VICE-LÍDERES PP/CÂMARA	07	30	210	30	210
21	LÍDER DO PTB/CÂMARA	01	100	100	80	80
22	VICE-LÍDERES PTB/CÂMARA	01	30	30	30	30
23	LÍDER DO PDT/CÂMARA	01	100	100	80	100
24	VICE-LÍDERES PDT/CÂMARA	02	30	60	30	60
25	LÍDER DO PT/CÂMARA	01	100	100	80	100
26	VICE-LÍDER PT/CÂMARA	01	30	30	30	30
27	ASSOCIAÇÃO DOS ESTABEL. PARTICULARES			800		600
28	ASSOCIAÇÃO DOS ESTABEL. CATÓLICOS			1600		1000
29	AUTORIDADES DO MEC			2390		1580
30	CASOS AMPARADOS POR LEI (DAE)			4000		4000
31	GABINETE DO MINISTRO			16280		17060
32	COTA SUBSTITUIÇÃO			3000		3000
33	ASMEC			600		500
34	DEMEX			1840		1610
35	PARLAMENTARES/MINISTROS	23	80	1840	70	300
36	FORMULÁRIOS Bº SÉRIE/1º GRAU			16000		16000
37	RESERVA - 5% DO 1º E 2º GRAU			3360		1400
38	RETENÇÃO INSUFICIÊNCIA DE RECURSO			—		32000
TOTAL: FORMULÁRIOS IMPRESSOS				120000		120000

ORFANATO CONSTRÓI FAMÍLIAS

Patrícia Maria Silva de Assis

— A Casa de Ismael está baseada na formação de pequenos lares, onde as crianças têm uma mãe e um pai adotivo que cuidam delas e principalmente lhes dão um pouco de carinho, explicou D. Laura Abreu, coordenadora voluntária, na direção da vila, e da secretária do orfanato. Para ela essa é não só uma experiência nova, como muito válida, na medida que tenta aproximar a vida dos menores órfãos e abandonados, o mais possível, de um lar comum.

Após 10 anos de fundação a Casa de Ismael abriga hoje 150 crianças, divididas em grupos de doze morando (em cada casa, com um casal de voluntários, que se comprometem a cuidar das crianças em troca de casa, luz, comida e roupa lavada. Deste modo, explica D. Laura, a única função da esposa é cuidar da casa e das crianças. Exige-se ainda, continua, que o marido trabalhe fora, para que desde cedo as crianças tenham um exemplo bem próximo de que é importante ganhar a vida trabalhando, concluiu.

Segundo D. Laura é muito importante saber que podem contar com as contribuições mensais de entidades colaboradoras, tais como a CAPEMI, o Governo do Distrito Federal e até o Governo Federal, que apesar de não contribuir mensalmente, está sempre destinando alguma verba para as instituições que amparam crianças e velhos abandonados. O orfanato conta ainda com contribuições de algumas autoridades, como por exemplo os Deputados Federais, além das contribuições mensais dos sócios da Instituição, que não têm um limite estipulado para doar, e dão aquilo que podem. É deste modo, explica D. Lau-

ra, que nós conseguimos manter uma casa como esta, acrescentou.

A Casa de Ismael é uma pequena vila, localizada na quadra 914 Norte, composta de 13 prédios. O primeiro abriga a parte da administração, os consultórios dentário e médico e a secretária. No lado de trás estão dez casas, compostas de três pequenos quartos, uma sala, um banheiro e cozinha (que quase nunca são utilizadas, pois a comida é preparada por cozinheiras especiais, na cozinha central). O prédio que abriga a lavanderia e a cozinha central ficam no fundo do pátio, e mais atrás deverá ficar as oficinas de aprendizagem profissional, tais como tipografia, carpintaria e outras atividades.

Nove casais moram na vila, eles são escolhidos após passarem por um processo de seleção que envolve entrevistas com psicólogos e testes psicológicos. Segundo D. Laura, a maioria deles procura o orfanato por que têm chance de morar mais perto do trabalho, no Plano Piloto, além de terem casa, luz, comida e roupa lavada, absolutamente de graça, apenas para cuidarem das crianças. É sem dúvida muito mais vantajoso, acrescenta, do que morar numa cidade satélite e ter que enfrentar ônibus todos os dias para chegar no emprego, além de arcar com as despesas de aluguel, alimentação, etc. Uma das exigências do Orfanato é de que os casais possam ter no máximo dois filhos para que possam cuidar de mais dez crianças.

A cozinha central prepara a alimentação de todas as pessoas que vivem no orfanato, pois além das crianças e de seus pais, moram ainda as próprias cozinheiras,

as lavadeiras, a professora de apoio e mais alguns funcionários. A lavanderia funciona no mesmo esquema, lava toda a roupa do orfanato. Está equipada com máquinas lavadoras e secadoras, que auxiliam o trabalho das lavadeiras.

Todas as crianças do orfanato em idade escolar estão devidamente matriculadas nas escolas de ensino oficial do Distrito Federal, e vão diariamente às aulas. Têm, além disso, uma professora a sua disposição durante todo o período em que não estão na escola, que os auxilia nas tarefas de casa, diz D. Laura. Segundo a Coordenadora, o contato com as outras crianças na escola é muito importante, pois impede que as crianças fiquem alienadas do resto do mundo, e apesar de sentirem as diferenças da vida que levam para a das outras crianças, sabem que têm direito de estar ali, e espera-se que aproveitem a oportunidade que estão tendo de aprender algo, acrescentou a Coordenadora. Disse ainda que o Conselho que dirige o orfanato é unânime em afirmar a importância das crianças aprenderem desde cedo a conviver com o mundo lá fora, concluiu.

Todas as pessoas do orfanato contam com a assistência de um médico e de um dentista, que são também voluntários e nada recebem pelo serviço prestado. O dentista recebe apenas uma ajuda de custo, pelo material que utiliza. O orfanato conta ainda com a assistência de um psicólogo e de uma assistência social, todas voluntárias que dedicam seu trabalho em benefício das crianças. As únicas pessoas que recebem salários são as lavadeiras,

cozinheiras e os funcionários da administração, todos percebendo salário-mínimo.

A divisão das crianças entre os casais é feita de acordo com o sexo, ou seja, um casal cuida de seis meninas e seis meninos; ou de doze meninas ou doze meninos. Segundo D. Laura a divisão é feita para facilitar o problema dos quartos, que são poucos e compostos de três beliches cada um. Mas às vezes há alterações, pois quando uma criança é adotada, o orfanato recebe outra para ficar no lugar dela, que nem sempre é do mesmo sexo da que saiu. O fato é que o orfanato quase nunca fica com um lugar vago, pois as listas de espera são sempre muito longas.

Quando a criança não é adotada, permanece no orfanato até completar dezoito anos. Os meninos são encaminhados para o serviço militar e as meninas treinadas para exercer algum tipo de atividade, que lhes sustente. Segundo D. Laura, a própria instituição se encarrega de ajudar ao jovem a encontrar um emprego, e mesmo os rapazes que prestam o serviço militar e depois não conseguem uma colocação imediata, o orfanato costuma amparar até que ele consiga um emprego.

Ainda é um orfanato pobre, comenta D. Laura, mas apesar dos recursos recebidos e das doações ainda serem poucas, já dá para proporcionar um nível satisfatório de conforto para as crianças e já é possível que elas se sintam em casa. Para D. Laura o importante é saber dar carinho que é o mais a criança abandonada necessita, para que não se torne um marginalizado ou um revoltado dentro da sociedade, concluiu.

Escola do Parque ensina menores que trabalham

Denise Viana Couto

Crianças pobres que não podem frequentar o ensino regular, como menores que trabalham, já recebem assistência educacional na "Escola do Parque da Cidade" implantada pela Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal no Parque Rogério Pithon Farias.

Essa Escola, que ocupa o espaço das barracas da Festa dos Estados como salas de aulas e as demais áreas do Parque para o desenvolvimento de atividades escolares, desenvolve um ensino de caráter personalizado, de acordo com o andamento da criança e sua linguagem comum, em que o aluno escolhe o horário e a matéria que deseja estudar.

Os menores, que lhe são encaminhados pela Fundação do Serviço Social do DF, fazem com os professores pequenos contratos em que se comprometem a assistir aulas por um período que varia de 15 a 30 dias, recebendo, ainda, assistência

médica, psicológica e alimentação — a escola fornece quatro refeições diárias.

Segundo a diretora Lygia Martins Lourenço, "este sistema é o ideal para educar menores que trabalham, pois um dos maiores problemas que eles enfrentam ao frequentar o ensino regular é o do horário, pois não tendo condições de manter um período fixo de trabalho estarão perdendo dinheiro lá fora. Dessa forma, explica, montamos este tipo de escola — estamos ainda em fase experimental, com apenas três meses de existência — para funcionar de acordo com o tempo e o ritmo próprio do aluno. Por isso que o ensino obedece ao seu adiantamento".

Trabalhando com cem alunos e vinte professores, a maioria estudantes da Universidade de Brasília, as atividades da Escola são orientadas para despertar o interesse dos menores, dando-se ênfase ao

lazer e à formação de atitudes e hábitos de higiene e convivência em grupo.

Com isso, espera-se canalizar a agressividade dos menores, muitos dos quais já tiveram carreira na marginalidade. Por esta razão não existe um currículo imposto, mas a Escola dá as matérias básicas e ainda acrescenta atividades musicais e esportivas, aliás as mais procuradas pelas crianças que tocam instrumentos populares como berimbau e utilizam sua experiência do dia-a-dia para a criação de músicas experimentais.

Muitas das atividades estimuladas pelos professores visam a um futuro de profissionalização do aluno. Assim, o treinamento esportivo em ginástica olímpica e a liberdade de expressão cultural concedida às crianças possibilitou a montagem de uma escola de capoeira, em que os alunos são verdadeiros professores.

Nas salas de aula o contato deles com os educadores é direto possibilitando

uma maior assimilação do assunto, diálogo constante e confiança. "A comunicação direta entre professores e alunos — explica a professora Helena Cardoso — está sendo a maior importância, pois é através dela que sentimos as dificuldades e recebemos dos menores."

Para Wilson Aguiar, lavador de carro, 17 anos, o que ele mais gosta na escola é dos professores que "ligam para a gente, não é que nem nas outras escolas que eles só ficam gritando e puxam a orelha da gente". Também compartilham desta opinião os menores Luís Carlos, 11 anos, e José Portela, 14 anos, que ainda consideram melhor comida, "que tem muito mais que nas outras escolas", e as aulas de música e esportes.

"Aqui, diz Helena Cardoso, as crianças têm muito mais do que educação convencional, um aprendizado de formação para a vida na sociedade o que eu considero uma de suas maiores carências."

Pedro Jorge C. de Araújo

Cinquenta produtores hortigranjeiros do DF estão plantando neste mês de novembro, 37 hectares de batata inglesa, pimentão, cenoura, repolho, tomate e abóbora japonesa, com sua produção comprada pelo Programa de Compra Antecipada da Secretaria de Agricultura e Produção. Esse Programa, coordenado pela SAP e que conta com o apoio técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER, prevê a normalização do abastecimento dos citados produtos no período compreendido entre novembro e março, o período das chuvas. O programa conta com recursos da ordem de 48 milhões de cruzeiros, 22 milhões oriundos da SAB e 26 milhões da COBAL, empresas que executam a compra e distribuição da produção adquirida, regularizando os preços do mercado.

"O produtor quando planta assume uma função comercial, não uma função social em sua atividade", diz Guenther Riedel, assessor do Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário da SAP. "Ele planta esses produtos que agora faltam na época não chuvosa porque não corre o perigo de perder a sua produção. Algumas hortaliças produzem em qualquer época do ano. O que acontece é que às vezes há uma grande oferta de produtos na época seca que agora desaparecem, como por exemplo o repolho. Além disto, existe o desconhecimento de que a EMATER presta assistência técnica para o plantio na época das chuvas."

O que a Secretaria faz é um levantamento do consumo dos produtos em falta através dos órgãos de distribuição como a SAB, a COBAL e alguns outros da rede privada. São então estabelecidas cotas de

produção para os interessados. Estes contam com a assistência técnica dada pela EMATER e adquirem insumos, adubos, máquinas na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal — que funciona como ponto de revenda destes artigos para o produtor à preço de custo — Existe até um seguro feito na ocasião do contrato de compra antecipada que prevê a cobertura de um eventual prejuízo por parte do produtor.

"São feitas reuniões nos núcleos rurais entre a EMATER e os produtores. Nelas são calculados todos os custos de produção. Sobre estes cálculos é estabelecido uma porcentagem de 30% de lucro para o produtor garantindo um preço mínimo na época de comercialização. O produtor recebe 50% do preço de sua lavoura na época do plantio e os 50% restantes são parcelados nas etapas posteriores até a comercialização dos seus produtos pela rede de abastecimento da SAB e da COBAL", explica Riedel.

Este é o segundo ano de execução do Programa de Compra Antecipada. No ano passado foram plantados 50 hectares de produtos hortigranjeiros em falta na época chuvosa.

Indagado sobre o interesse dos produtores da Região no Programa, o assessor de Comunicação da SAP disse que "apesar de grande procura existe uma seleção de produtores já que o Programa não pode ser realizado em larga escala. Senão teríamos uma superoferta de produtos que normalmente são escassos. Além disto existe a produção que vem de outras regiões como acontece sempre quando há escassez de algum gênero específico"

O Programa de Compra Antecipada



Cenoura é um dos produtos hortigranjeiros que desaparece na época da chuva

segue paralelamente ao Programa de Horti-
tão, cenoura, repolho, tomate e abóbora
talhas — PROHORT, e prevê, com o plantio
japonesa, a autosuficiência da produção
hortigranjeira no Distrito Federal.

NÃO FALTARÃO LEGUMES NA ESTAÇÃO CHUVOSA



86 hectares de hortaliças estão sendo compradas antecipadamente pela Secretaria de Agricultura



Foto: Claudio Alves da Silva

"O projeto do governo que diz respeito às áreas verdes do Distrito Federal está aguardando as sugestões de quem as criticou", disse o secretário de Viação e Obra do DF, José Carlos Melo, protestando contra o estardalhaço feito pela imprensa local, que segundo ele, não estava informada o suficiente sobre os termos do projeto.

José Carlos argumentou que a imprensa, mesmo sabendo da existência de um outro projeto de autoria do deputado Pacheco Chaves, do PMDB de São Paulo, que autoriza a venda de áreas verdes do lago sul e lago norte, só se dispôs a criticar o projeto do governo. Ele acredita ainda que a existência desses dois projetos similares foi a causa de toda a confusão.

Segundo o secretário, o projeto não prevê a venda de áreas verdes para particulares, nem autoriza a construção de novas projeções de superquadras. "Ele é muito claro e preciso, afirma José Carlos, quando fala na utilização de áreas verdes do Distrito Federal para a instalação de serviços públicos, onde podemos citar como exemplo a instalação de telefones, supermercados e hospitais, no lago norte, e centrais de gás encanado, no caso da asa sul e norte."

Na verdade o projeto diz o seguinte: "Dispõe sobre a desafetação de bens de uso comum do povo, situados no Distrito Federal, e dá outras providências". Logo abaixo no artigo 1º está: "Os bens de uso comum do povo, situados no Distrito Federal, poderão ser desafetados, para atender a necessidade do Serviço Público da União e do Distrito Federal".

Nesses termos, o Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB, departamento de Brasília, juntamente com a OAB afirma que no caso de aprovação deste projeto de lei, o

governo do DF terá o direito de transformar as praças públicas, os espaços livres das superquadras, as entrequadras, enfim quaisquer áreas verdes do DF em terrenos para construção podendo, inclusive, vendê-las a particulares para a criação de lojas e blocos de apartamentos, como afirmou o presidente do IAB, Marco Antônio Galvão.

No entanto o IAB, ao contrário da OAB, não é contra a aprovação do projeto, "nós queremos aperfeiçoá-lo em vez de retirá-lo de circulação", disse Marco Antônio Galvão, que em nome do IAB divulgou uma nota alertando a população sobre o que poderia representar para Brasília a aprovação deste projeto.

Em vista de tantos protestos, o Governo resolveu retirar o projeto do Congresso Nacional, apesar das afirmações do secretário José Carlos sobre a clareza dos termos do projeto. Desta vez José Carlos Melo espera que o projeto volta a tramitar no Congresso somente depois de ampla participação dos diversos segmentos da sociedade, "mas até agora ninguém veio apresentar suas sugestões", disse ele, afirmando que as portas de sua sala estão abertas para qualquer pessoa, "desde que elas critiquem e apresentem soluções, e não critiquem por criticar".

Como começou

Tudo começou quando o advogado Osmar Alves de Melo sentiu-se curioso em saber porque estavam demarcando uma área verde no lago sul, localizada em frente a um lote de sua propriedade. Foi ao Congresso e acabou descobrindo que havia, sob o número 4.937, um projeto de autoria do executivo, que autorizava o governo do Distrito Federal e a União a utilizar áreas verdes do DF para atender às necessidades de serviços públicos.

Projetos de áreas verdes ainda espera sugestões

Cecília Maia

Preocupado com a fisionomia da capital e com as possíveis modificações no projeto original do arquiteto Lúcio Costa, Osmar Alves denunciou na imprensa o que descobrira, para que toda a comunidade tomasse conhecimento do projeto que seria aprovado por debaixo do pano.

Começaram então as discussões. Os prefeitos das mini-prefeituras, representantes de associações de moradores e os arquitetos de Brasília através do IAB, todos se posicionaram com relação ao projeto.

Em nome dos moradores do lago norte, a prefeita Silvia Seabra, participou de todas as reuniões convocadas pelo IAB para discutir o projeto. Silvia Seabra, disse que há muito tempo os moradores do lago norte estão atentos para o problema, em razão da planta de equipamentos urbanos elaborado para o setor, pelo departamento de Arquitetura e Urbanismo, não coincidir com as expectativas dos moradores. "Nós queremos, disse ela, que as decisões sejam tomadas conjuntamente entre governo e comunidade, e não à revelia do governo, como tem sido até agora".

